



EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Winglis Teixeira Machado¹
Maike Belém dos Santos²
Carla Maria de Souza Coelho³
Tarciera Raquel dos Santos Castro⁴
Elenice Maria Farias Mourão⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar como se configura a prática de Educação Especial e inclusiva no Ensino Superior com base no processo de formação acadêmica de três universitárias com deficiência visual (cegueira) no Curso de Pedagogia, do Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Ademais, busca evidenciar os desafios enfrentados pelas referidas discentes neste processo de formação acadêmica que é constituído por inúmeras práticas de exclusão, além de ressaltar novas perspectivas para a consolidação de um ensino mais inclusivo neste nível de ensino. Com base no processo histórico das pessoas com deficiências, buscou-se realizar uma retrospectiva histórica bibliográfica para a compreensão da importância da efetivação da educação inclusiva por meios das políticas públicas de inclusão social. Para a produção deste trabalho, foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa e abordagem dialética. Foram empregadas as técnicas de observação direta, que permitiu compreender as dificuldades de aprendizagem dos sujeitos com deficiência visual que relataram sobre a falta de materiais didáticos e acessíveis para seus estudos. Os teóricos estudados para o embasamento na escrita foram Chizzoti (2003), Gil (2012), Freire (1983), Mazzotta (2005), Ludke e André (1986). Em meio aos desafios, espera-se um novo olhar para a Educação Especial com a prática de inclusão destinada às pessoas cegas, no qual contemple em todos os aspectos, seja na estrutura da instituição, seja no caráter pedagógico ou em outros fatores que venham contribuir no ensino desses acadêmicos como as pedagogias em formação citadas neste estudo.

Palavras-chave: Educação Especial, Ensino Superior, Inclusão, Deficiência visual.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, winglisia@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, m.belems662@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, mariacarla2020cm@gmail.com;

⁴ Graduanda pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, tarcycastromk@gmail.com;

⁵ Graduada pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, elenicemourao2014@gmail.com;

O presente estudo visa apresentar o atual cenário do Ensino Superior com relação a inclusão de pessoas com deficiência visual, com base na realidade acadêmica do Centro de Estudos superiores de Parintins-CESP, instituição vinculada à Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no qual serviram como referência para este trabalho três acadêmicas cegas da referida instituição, ambas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sendo duas integrantes do 7º período e uma finalista do 9º período.

O objetivo deste estudo é apresentar a atual realidade da inclusão da Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior, com enfoque no ingresso e permanência de acadêmicos com necessidades educacionais especiais, como pessoas com deficiência visual e cegueira que enfrentam desafios e dificuldades em suas trajetórias estudantis em decorrência da insuficiência de acessibilidade nesses espaços de construção de saberes.

Este trabalho propõe discutir as novas perspectivas para efetivação de um Ensino Superior mais dinâmico e sobretudo inclusivo, atendendo às necessidades fundamentais que contribuem na permanência desses sujeitos que necessitam de um atendimento especializado e humanizado, o que por lei é garantido, mas que em muitos momentos são ignorados pela falta de materiais e espaços adequados, além da falta de formação de professores e demais funcionários para atuar com acadêmicos com deficiência, principalmente cegos que cada vez mais ingressam nas universidades.

Busca-se por meio deste estudo elencar as novas perspectivas para a prática de inclusão de acadêmicos cegos nesta etapa da educação, relacionado as metodologias de ensino dos professores e suas didáticas e busca-se discutir e refletir no que se refere a estrutura física da instituição observada, como nas salas de aulas, corredores, ambientes externos, no modo geral as sinalização adequadas para os referidos acadêmicos com deficiência visual, seja em relevo (tátil) ou sonorizado, além de compreender suas especificidades e necessidades para um bom desempenho e acolhimento, assim minimizar as dificuldades existente no processo de aprendizagem dos mesmos.

Para melhor compreensão da temática, é importante dialogar sobre a educação como direito, pois, esta foi concebida como tal pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A educação/instrução é uma prática social com a finalidade de realizar o desenvolvimento das faculdades psíquicas, intelectuais, das habilidades e sociais dos indivíduos no que se refere a formação da cidadania. Todavia, tal prática social é repleta de desigualdades, sobretudo em um país tão extenso e plural como o Brasil, no qual a diversidade social massiva, de certa forma, dificulta a realização de práticas pedagógicas igualitárias aos alunos.



Segundo Blat (2009, p. 16) esse modelo de educação especial e inclusiva significa que “[...] é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, [...] são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem”. Neste sentido, a educação inclusiva não se limita e nem deve se limitar a ação de matrículas de alunos com deficiência em classes regulares ou frequência escolar. O meio educacional deve ser considerado inclusivo, um espaço de vivência, um ambiente onde se aprenda conteúdos socialmente valorizados para todos.

No que se refere ao procedimento metodológico deste trabalho, este é de natureza qualitativa, com abordagem dialética, com base bibliográfica em autores que discorrem sobre a temática da Educação Especial no Brasil como Mazzota (2005), Glat (2009), Buccio; Buccio (2008), entre outros. Ademais, a observação da realidade acadêmica dos sujeitos da pesquisa foi primordial para a consolidação deste trabalho.

Por fim, acreditamos que caminhamos em direção a novas possibilidades e adequação de uma educação mais inclusiva, no qual, busca-se minimizar as barreiras encontradas pelos acadêmicos cegos, no entanto, para que de fato haja a efetivação de um Ensino Superior inclusivo, faz-se necessário a imediata reflexão do papel das universidades no que se refere a promoção da dignidade humana.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, pois se interessa em extrair a realidade de uma comunidade específica que segundo Chizzotti (2003, p. 2), o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

A abordagem dialética guiará o caminho desta pesquisa, pois a corrente dialética tem como parâmetro o pensamento crítico do pesquisador, ou seja, no contexto atual aguça-se o vigor analítico das teorias críticas, possuindo consigo uma visão de mundo natural e social. Destaca-se as ideias de Freire (1983) citado por Borges e Dalberio, educador brasileiro, cujas as ideias foram sempre norteadas por uma epistemologia dialética, explicitando na leitura crítica da realidade dessa sociedade capitalista, estruturada e organizada a partir da existência de oprimidos e opressores, e, principalmente, na difusão da ideia da libertação do sujeito como ser inconformado, autônomo e crítico, capaz de transformar toda situação de opressão e injustiça, superando qualquer situação desumanizadora.

O trabalho é do tipo bibliográfico que segundo Gil (2012) trata-se da pesquisa que visa tornar o problema mais explícito bem como constituir hipóteses objetivando aprimorar ideias e fundamentos a descobertas de intuições. Foi utilizada a observação participante como técnica da pesquisa. A observação partirá da relação de interação com os sujeitos da pesquisa, que ocorrerá no ambiente da sala de aula. O objetivo da observação é investigar as dificuldades de aprendizagem dos sujeitos com deficiência visual e, verificar as práticas adotadas mediante esse problema. Para isso, a observação foi do tipo participante, com o intuito de fazer parte do ambiente social, buscando compreender as adversidades correlacionada aos estudantes como os deficientes visuais.

De acordo com Ludke e Andre (1986), “uma das vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem a realidade e as suas ações”, ou seja, o pesquisador vai estar em contato direto com os sujeitos da pesquisa, possibilitando uma observação mais precisa dos fatos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um breve histórico da Educação Especial destinada às pessoas com deficiência visual e novas perspectivas de inclusão

Atualmente, estamos acostumados a observar inúmeras pessoas com deficiências atuando em diferentes âmbitos por diversos tipos de instituições, realizando distintas funções como qualquer outro indivíduo que exerce a sua cidadania. Tal acontecimento é resultado de muitas conquistas obtidas por esses cidadãos que no passado foram vistos como seres abomináveis e marginalizados, por isso, deveriam ser excluídos da sociedade.

Segundo Mazzotta (2005, p. 16) “[...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas”. Devido à ausência de informações acerca dos motivos pelos quais pessoas nasciam com deficiências, essas eram vistas com estranheza e com olhar preconceituoso, pois “[...] de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribui para que as pessoas portadoras de deficiências, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas e ignoradas”. (MAZZOTTA, 2005, p. 16).

Outro fator que contribuiu para a exclusão de pessoas com algum tipo de deficiência no meio social, é resultado da cultura religiosa cristã, uma vez que Deus é idealizado como um ser perfeito e que o homem é semelhante a imagem deste ser espiritual, logo, as pessoas que apresentavam algum déficit, seja ele físico ou mental eram consideradas desprezíveis e “[...] os indivíduos excepcionais, considerados como degeneração da raça humana, deveriam ser abandonados ou simplesmente retirados do convívio social [...]” (BUCCIO; BUCCIO, 2008).

Em decorrência dos avanços científicos, sobretudo na área medicinal, os casos de pessoas com deficiência foram sendo analisados e novas perspectivas sociais e humanísticas são destinadas a esses indivíduos, com a formulação de políticas públicas assistencialistas que passaram a amparar esses cidadãos. Vale enfatizar que as políticas públicas educacionais, por exemplo, ao garantirem o acesso à educação às pessoas deficientes, revelaram as potencialidades desses sujeitos que passaram a obter mais atenção das autoridades públicas, como o caso das pessoas com deficiência visual que, de acordo com Mazzota (2005), no ano de 1784 foi criado por Valentin Haüy em Paris o *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* (Instituto Nacional dos Jovens Cegos) que tinha como objetivo educar pessoas cegas por meio de letras em relevo. Mas foi somente em 1829, quando Louis Braille criou um método de escrita para pessoas cegas, que estas passaram a ter maior notoriedade e assistência. Este método é considerado como um dos mais eficazes à promoção de instrução às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência visual.

No Brasil, de acordo com Glat (2009) a primeira ação de assistencialismo para cegos ocorreu no ano de 1854, onde D. Pedro II criou por meio do Decreto Imperial nº 1.428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no entanto, houve uma modificação no nome da instituição que em 1891 em cumprimento do Decreto nº 1.320, passou a se chamar Instituto Benjamin Constant, homenageando o ex-diretor de referido nome, que muito contribuiu no desenvolvimento integral desses cidadãos.

Com as constantes alterações e revoluções nas sociedades, o âmbito educacional também perpassou por inúmeras mudanças significativas e essenciais às pessoas com deficiências, pois a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 4.054 garantia o direito e apoio educacional a estes cidadãos, assegurando o exercício pleno da cidadania de cada um. A própria Constituição Federal do Brasil do ano de 1988 também enfatiza e assegura que este acesso à educação é direito de todos, sendo dever do Estado e da família promover tal. Além disso, com as novas leis vigentes no país, como por exemplo a promulgação da mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, a efetivação

da educação especial tornou-se mais inclusiva, dando ênfase a permanência de pessoas com NEE.

Para amenizar tal problemática, algumas medidas têm sido feitas com o intuito de mudar esta realidade, como por exemplo, o uso do braile, uma metodologia que têm auxiliado discentes com cegueira por meio deste sistema de escrita que se consolidou como o método mais eficiente às pessoas com esse tipo de deficiência.

Nota-se que houve um expressivo avanço no contexto educacional no que se refere ao ensino de pessoas com deficiência visual, no entanto, ao observarmos a realidade de muitas instituições de ensino, tal como o lócus de exemplo neste estudo, observa-se que ainda há muito a ser feito, sobretudo na inclusão de materiais adequados que contribuirão no aprendizado de acadêmicos cegos que poderão agir com autonomia em seus estudos.

As discussões acerca dos desafios e dificuldades encontrados na trajetória acadêmica de estudantes cegos, servem como mecanismos de ideias para a efetivação de políticas públicas educacionais acessíveis para os acadêmicos com necessidades educacionais especiais, desta forma, a garantia e permanência desses estudantes serão mais visíveis, tendo como resultado, a promoção da dignidade humana e, principalmente o uso de seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da vigência da legislação nacional de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, se faz presente uma política que caminha a passos lentos, haja vista que as acadêmicas que serviram como sujeitos desta pesquisa enfrentam desafios constantes nesse processo de formação.

A educação especial na perspectiva inclusiva sobretudo em seu contexto histórico é vivenciada por literaturas clássicas e, na atualidade esse tema é discutido por especialistas de diversos segmentos da sociedade. Neste rico contexto, queremos nos aprofundar integralmente em relação a educação, em especificamente no ensino superior como formato de nível que abrange um olhar reflexivo de conhecer, como também, consiste em proporcionar o processo de ensino e aprendizagem mais sistematizados na área.

Para melhor entendermos a inserção de pessoas cegas no ensino superior, esta ação se dá a partir de um processo que envolve, primordialmente, o sujeito no ato da matrícula que solicita atendimento especializado, assim como os envolvidos neste processo de análise documental para que brevemente seja deferido através de meios legais o serviço compatível com a realidade.

Com estes parâmetros, os olhares se voltam para a construção da identidade social na universidade, pois apesar de ser um espaço de debates e reflexões sobre o que acreditamos cientificamente, particularmente é um local que necessita de um olhar mais crítico, ou seja, mesmo com os dados de pessoas cegas na instituição as adaptações adequadas ainda ocorrem de forma gradativamente ou são inexistentes, pois há todo um processo burocrático que vigora. No que se refere a estrutura física da instituição observada, nas salas de aula, corredores, ambientes externos, no modo geral não há sinalização, seja em relevo ou sonorizado, realidade que certamente também presente em outras IES.

O núcleo de acessibilidade juntamente com o programa bolsa tutoria são projetos do Centro de Estudos superiores de Parintins que tem por objetivo proporcionar a permanência de acadêmicos com deficiência visual no ensino superior. O núcleo de acessibilidade da referida instituição é uma sala que contém em seu acervo materiais didáticos pedagógicos destinado a pessoas com deficiência, principalmente os surdos presentes na instituição, no entanto, para os acadêmicos cegos há a carência de materiais acessíveis e compatíveis que poderiam auxiliar as discentes com deficiência visual.

Uma das insatisfações apresentadas pelas acadêmicas cegas com relação ao núcleo de acessibilidade, é ao fato de que este tem servido apenas como uma sala exclusiva para atendimento da comunidade surda do CESP, que é composta por um número expressivo de integrantes, o que impossibilita no uso da sala, tendo em vista que é um espaço pequeno e que em muitas situações apresenta desconforto às acadêmicas que precisam de um atendimento mais especializado.

É destinado às acadêmicas cegas aparelhos eletrônicos como gravadores de voz que servem como auxílio pedagógico a elas, porém, estas nem sempre apresentam domínio do uso dessa tecnologia em decorrência de suas dificuldades quanto ao manuseio do aparelho, o que em certas situações, acabam sendo ignorados pelas próprias acadêmicas, que acabam recorrendo aos seus tutores, sendo praticamente dependentes a eles neste processo educacional.

Os tutores que também são acadêmicos acabam por se sobrecarregarem nesta trajetória, pois têm trabalho redobrado em muitas situações, haja vista que alguns professores não aceitam trabalho em dupla ou não optam em buscar outros meios para avaliação das acadêmicas cegas.

Com base nos resultados obtidos por meio de observações, percebeu-se que os desafios enfrentados pelas acadêmicas são semelhantes, estes referem-se principalmente, a inexistência de estrutura adequada na instituição, metodologias desconexas com a realidade das universitárias e materiais não adaptados e especializados para a formação acadêmica das mesmas, fato que precisa ser modificado o quanto antes, tendo em vista que atualmente muito

se fala em acessibilidade e inclusão, mas pouco têm se feito de fato para que essa realidade seja verdadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio as observações feitas durante a pesquisa conseguimos ter uma noção das dificuldades que as universitárias citadas neste trabalho enfrentam todos os dias no seu processo de formação acadêmica. Tal processo que em si já é uma tarefa que exige muito do acadêmico, ainda mais se este possui algum tipo de deficiência, especificamente a deficiência visual. Diante disso, como novas perspectivas para o ensino acessível às pessoas com deficiência visual, concluímos que algumas alternativas podem ser tomadas para a efetivação da prática de inclusão dessas e para os futuros universitários deficientes visuais que ingressarão na instituição.

A Educação Especial e Inclusiva se consagra como importante ferramenta para que alunos que possuem algum tipo de limitação participem das aulas em geral, desde a Educação Infantil até a sua graduação, recebendo assistência da parte de um profissional especializado para que assim possam acompanhar os conteúdos na mesma intensidade que os alunos que não possuem nenhum tipo de deficiência. Acredita-se que o trabalho em um grupo diversificado ajudará o aluno com deficiência visual a interagir com os demais. É importante que as metodologias de ensino se adequem a capacidade do aluno para que este consiga desempenhá-la com êxito. Vale ressaltar, que em decorrências de um novo trabalho efetivo de inclusão, novas necessidades irão surgir ao longo do tempo, um trabalho voltado para essa temática sem dúvidas nos leva a reflexão sobre o quanto a exclusão ainda se faz presente, mesmo que implicitamente no processo da Educação Inclusiva.

Em vista disso, para elucidar as considerações finais deste trabalho retornaremos ao objetivo da pesquisa, que visa apresentar o atual cenário educacional de ensino superior destinado a pessoas com deficiência visual. Como alternativa para a prática de inclusão, faz-se necessário a adesão de materiais especializados por parte da instituição para que possam auxiliar essas acadêmicas em seu processo de formação, juntamente com uma estrutura adequada que facilite seu acesso a universidade, até mesmo, pelo fato de as universitárias em questão desejarem ter sua própria autonomia. Além disso, é fundamental que haja metodologias adaptadas por parte dos docentes que também devem ser capacitados para desenvolverem seus



ofícios de modo que inclua todos os discentes, obtendo um ensino significativo neste processo de formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BUCCIO, Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação Especial e Educação Inclusiva**. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**, São Paulo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
Maria Celia Borges Delberio e Osvaldo Dalberio. **Revista Iberoamericana de Educacion**. (ISSN: 1681-5653).

GIL, A. C.. **Como classificar as pesquisas?**.2012. Disponível em: <https://bit.ly/3iEP0X2>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortêz, 2005.